

(Micro)políticas *queer*: dissidências em pesquisa

Fernando Pocahy¹

Resumo

Esse artigo funciona como uma cartografia dos fluxos epistemológicos que têm desafiado cânones científicos e/ou metateóricos na produção do conhecimento acadêmico. Arrisco dizer que algumas das lutas empreendidas por movimentos de dissidência de gênero e sexualidade vêm produzindo efeitos importantes e decisivos em termos de rupturas epistemológicas, notadamente através do agenciamento de novos planos de experimentação ético-estético-políticas na produção científica. Esses movimentos têm provocado efeitos de ruptura desde a deliberada atitude de enfrentamento às *normopatias* acadêmicas, a partir do enfrentamento crítico às capturas epistemológicas e as paixões institucionais pelo saber-poder-prazer.

Palavras-chaves: políticas *queer*, epistemologia, pesquisa, produção do conhecimento, sexualidade, gênero

Queer micropolicies: dissidences in research

Abstract

This article works as a cartography of epistemological flows that have challenged scientific and/or metatheoretical canons in production of academic knowledge. I dare to say that some of the fights undertaken as movements of gender and sexuality dissidence have been causing important and decisive effects in terms of epistemological ruptures, notably through the ageing of new plans of ethical-aesthetic-political experimentation in scientific production. These movements have provoked rupture effects since the deliberated attitude of scientific normopathy coping, from the critical coping against epistemological captures and institutional passion for knowing-power-pleasure.

Keywords: queer policies, epistemology, research, knowledge production, sexuality, gender

¹ Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na Faculdade de Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd). Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com bolsa CAPES/Reuni. Doutor em Educação e Mestre em Psicologia Social e Institucional, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Textura	Canoas	v. 18 n.38	p. 8-25	set./dez. 2016
---------	--------	------------	---------	----------------

(MICRO)POLÍTICAS *QUEER*: DISSIDÊNCIAS EM PESQUISA²

Estilhaça a tua própria medida.

Hilda Hilst (1990)

Esse ensaio - uma experimentação cartográfica - recorre à temática da subjetivação, particularmente a partir da noção de práticas de cuidado de si, formas de estilização da existência e agonística da liberdade (noções de ética, estética e política³ presentes em Michel Foucault (2001) como forma de problematização⁴ das (micro)políticas *queer* interseccionais. A hipótese de trabalho que levo nessa cartografia é de que essa abordagem teórico-metodológicas e práticas políticas têm oferecido à cena contemporânea dos estudos sobre corpo, gênero e sexualidade ferramentas capazes de estabelecer *espaços-tempos outros* (heterotopias de desvio⁵) na produção de conhecimento, bem como operado no agenciamento de outros modos de subjetivação. Esses lugares e posições-outras de sujeito-vida-cidade, ao contestarem normas e ideais regulatórios (especialmente ao colocar sob rasura as identidades e as formas de conhecimento), agem simultaneamente na luta cotidiana contra os fascismos e outros discursos de ódio pautados na objetificação das diferenças. São ainda práticas combativas às maquinarias-sociais de morte e exclusão.

² Algumas das ideias que movimentam esse artigo foram experimentadas em comunicações em mesas redondas sobre Políticas *queer* e Pesquisa na dissidência sexual, respectivamente apresentadas durante o IV Seminário Enlaçando Sexualidade, em maio de 2015, em Salvador e durante o XII Congresso Nacional de Representações de Gênero e Sexualidade, realizado no mês de junho de 2016, na cidade de Campina Grande. Esse texto sofreu modificações profundas, hibridizações e algumas traduções-traições de acréscimo. Algo dessas produções poderá ainda aparecer em versões reduzidas em publicações de capítulos de livros desses dois eventos, algumas delas em curso de organização até o momento da circulação desse artigo.

³ Essas noções serão explicitadas no curso do manuscrito.

⁴ Nos termos de Michel Foucault a problematização refere-se a um movimento de análise que possibilita compreender como um conjunto de práticas discursivas ou não discursivas faz algo entrar no jogo do verdadeiro e do falso e, ao mesmo, tempo constitui este algo como objeto para o pensamento (2001).

⁵ Uma "heterotopia de desvio" poderia corresponder aqueles lugares reservados aos indivíduos cujos comportamentos são 'desviantes' em relação à média ou norma exigida (FOUCAULT, 2009, p. 26-27). Uma definição mais ampla será tratada no decorrer do texto.

Assim, aliando a tais perspectivas de contestação e dissidência, desde o rastro foucaultiano que aponta para a ideia de uma distância possível em relação aos sistemas/ práticas de assujeitamento e objetivação, entendo que essa margem de distanciamento vem sendo possível através das (des)arrumações/ perturbações engendradas pelos estudos e práticas políticas - culturais, estéticas, sentimentais e eróticas - minoritárias e dissidentes que viemos denominando *queer*. Tal distância pode ser evidenciada através das estilizações da existência, lutas cotidianas e das epistemologias dissidentes que ativistas e acadêmicos *queer* vêm movimentando face às posições de sujeito dotadas de privilégios de classe, idade, gênero, raça e sexualidade, entre outros marcadores sociais.

Desse modo, aposto nesse ensaio em movimentos que viriam potencializando práticas de fazer fugir, operando deliberadamente para ampliação de margens de liberdade (notadamente nos termos foucaultianos) que poderíamos ter diante de certos códigos morais, diante das interpelações efeitos de jogos de verdade. Não para uma liberação, não para o espaço supostamente livre de qualquer relação de saber-poder. Mas práticas de liberdade capazes de engendrar espaços-tempos possíveis, onde as margens para que possamos negociar o que estamos fazendo de nós ou tentando fazer dos/das outros/as se tornem refletidas e, conseqüentemente, ampliadas - alargadas.

As insubordinações *queer*, assim como os (trans)feminismos interseccionais e pós-modernos, desarrumam e desfazem as certezas ordinárias - denunciando os desejos de norma e aqueles movimentos mais apegados a formas de dominação. Seu contragolpe privilegiado parece ser a abertura a espaços-conexões para multidões em devir (*multitudes*) e para saberes-práticas que instauram outras epistemologias de mundo – notadamente aquelas formas de conhecer que se estabelecem na interpelação de raça/etnia, gênero e sexualidade em uma crítica contundente a esses dispositivos de saber-poder.

Portanto, interessa-me aqui acompanhar algumas das experimentações políticas e culturais que envolvem o arranjo amplo do que vem se convencendo chamar estudos e políticas *queer*, tendo como objetivo potencializar os seus efeitos sobre a pesquisa em Educação e(m) Saúde - dois campos de saber que assumem maior evidência nessa proposta por serem lugares que habito-resisto na pesquisa, ensino e extensão. São ainda planos de articulação e investimento político-epistemológico. Destarte, constituem dois

dos mais amplos espectros presentes na produção científica brasileira, por se tratarem de campos-tema que mobilizam saberes-práticas de subjetivação especialmente através de políticas públicas e práticas institucionais e culturais cotidianas.

Como sugere Foucault (1984), se nós não podemos nos colocar fora da agonística das relações de poder⁶ - porque em nenhuma parte nós estamos livres da correlação de forças presente nessas relações - o que podemos fazer é virar o jogo. Por isso, penso nessas práticas políticas e culturais que desafiam o sexismo, o racismo e a *queer*fobia como viradas de jogo – lances de insubordinação, resistência, dissidência. Portanto, não estou preocupado com a polêmica em torno que se lançariam sobre essas epistemologias como coloniais e/ou fetichistas. Entendo que elas possuem potência e todas as suas traduções/ trações teriam de alguma forma abrem uma margem de liberdade à contestação e à hibridização. Não se constituem em um lugar “pacificado” no plano das ideias e lutas. Considero e me alio a essas perspectivas políticas como atos de fala insurgentes, como acontecimentalizações que abrem nossos espaços-tempos políticos a outros processos de subjetivação. Funcionam pois como forças monstruosas/ abjetas⁷ – cujo sangue é o sangue do lugar onde se cria, se inventa e faz arder todas as hierarquias - e é por isso que nos são úteis. Por isso as traficamos e as devoramos antropofagicamente. Também não estou convencido de que essas perspectivas desejam a perenidade e algum lugar estável no plano das práticas do mundo.

O *queer*, o entendo eu, seu destino é desaparecer, é desfazer-se. Se há projeto, ele não viria sem o objetivo de abdicar de qualquer forma de

⁶ Dizer que algo se constitui enquanto produzido na agonística das relações sociais pode significar, no rastro foucaultiano, dizer que sua materialidade se daria através “de incitação recíproca e de luta; tratando-se menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (1995, p.245).

⁷ Para Jeffrey Cohen (2000) os “monstros nos perguntam como percebemos o mundo e nos interpelam sobre como temos representado mal aquilo que tentamos situar. Eles nos pedem para reavaliarmos nossos pressupostos culturais sobre raça, gênero, sexualidade e nossa percepção da diferença, nossa tolerância relativamente à sua expressão. Eles nos perguntam por que os criamos.” (p.55). E é isto o que me leva a aceitar a proposição foucaultiana, na linha da formação de uma biopolítica (FOUCAULT, 1997), em que podemos pensar em um movimento que se dirige a transformar o abjeto em objeto – tanto exemplar das punições quanto, de outra parte, algo pronto às tecnologias de administração da vida. O monstro ou o monstruoso representa as vidas abjetas e revela neste processo os empenhos normativos em humanizar este avesso e de torná-lo humano, inteligível, aceitável, supostamente (re)conhecido - uma vida que valha a pena ser salva.

estabilidade teórico-conceitual ou prática política. Ele só funciona quando assume que seu destino é não ter mais um rosto - é quando se propõe ao abandono de sua morada teórico-metodológica, (re)fazendo suas estratégias, táticas, usos. Sua contingência é recuar de pronto logo ali onde poderia flertar com o desejo de moldar a vontade política d_s outr_s. *Queer* como prática-política efêmera, insurgente, fugaz, fugidia... vadia. Seu único des(a)tino talvez seja ocupar-se em de(s)viar-se – devir(ar-se) . *Queer* como heterotopia, *queer* espaço-prática-outra⁸.

Com essa provocação movimento-me em uma sorte de cartografia dos fluxos epistemológicos que têm desafiado cânones científicos e/ou metateóricos na produção acadêmica. Arrisco dizer que algumas das lutas empreendidas por movimentos de dissidência de gênero e sexualidade vêm produzindo efeitos importantes e decisivos em termos de rupturas epistemológicas, notadamente através do agenciamento de novos planos de experimentação ético-estético-políticos na produção do conhecimento. Esses movimentos têm produzido efeitos de ruptura desde a deliberada atitude de enfrentamento às *normopatias* científicas, especialmente a partir do enfrentamento crítico às capturas epistemológicas e as paixões cotidianas e institucionais pelo saber-poder-prazer, estas capazes de forjar identidades e vidas a serem reguladas.

Proponho, portanto, uma leitura sobre modos de viver-pensar aquelas injunções que produzem conhecimento como potência de vida, oposta aos termos de gestão, controle ou tutela. Potência de vida como (micro)políticas de estranhamento e recusa aos ideais regulatórios – notadamente de gênero e sexualidade. E nesses termos, abusarei aqui das condições de possibilidades abertas à essa escrita e convido aquel_s⁹ que acompanham essa via(da)gem a

⁸ As heterotopias configuram para Foucault aqueles espaços diferentes, os lugares outros, espécie de contestação, às vezes mítica e real, sobre o espaço onde vivemos. As heterotopias têm o poder de justapor em um só lugar muitos espaços, tratando-se de muitas ocupações elas mesmas incompatíveis entre si, pois supõem desde sempre um sistema de abertura e de fechamento que às vezes as isola e às vezes as torna penetráveis. Contestação mítica e real do espaço onde vivemos, onde nos subjetivamos, afirma o filósofo. (FOUCAULT, 1967). Para Paul Preciado (2009) as heterotopias produzem brechas nas formas tradicionais de espacialização do poder e de conhecimento em uma sociedade determinada.

⁹ Adoto o sinal *underscore* (_) como forma de desobediência às inflexões de gênero binárias. Com isso, desejo operar em consonância aquelxs que não desejam ser interpeladxs sob qualquer forma de operação linguística de gênero, ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade de que a flexão repouse em algum gênero a partir do olhar de quem captura o código e produz uma

pensarmos a produção de conhecimento nos termos de uma *aquendação* epistemológica. Essa ‘invenção’ linguística é tributária do léxico afro-brasileiro e, sobretudo, da maquinaria-linguística de monas e travas. Seu uso pode indicar uma dentre as formas de resistência presentes no que podemos denominar o campo das minorias sexuais e de gênero, especialmente ao usar e abusar da polissemia que define também os seus termos de uso. É, pois, linguagem plástica para um embate duro: confronto, disputa e reinvenção linguístico-discursiva para reagir diante das interpelações injuriosas da hetero-cis-normatividade¹⁰ e do racismo. A expressão é forma usual que se pode oferecer às significações de pegar, fazer e dar atenção, no sentido mais erótico em que se possa experimentar o verbo e/ou oferecer-se à fruição dos prazeres, tem lugar nos termos subalternos experimentados pelas comunidades LGBT.

Aquendar tem assim um *q* epistemológico – algo que bem pode deitar-se com *queer* ou teoria torcida, talvez. A expressão aponta para a noção de perceber, ver e conhecer. Mas também, tomar uma atitude, experimentar, fazer um lance ou esconder – fazer desaparecer. É palavra em movimento de resistência, engendrando alguma curiosidade. Seria talvez aquela curiosidade vadia, perdida, solta na vida. Um tipo de curiosidade que movimentaria a pesquisa no sentindo em que consigamos nos perder, não aquela forma de saber-poder “que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo” (FOUCAULT, 1984, p.15).

semântica para o texto. Em todo caso, minimamente, penso estar refutando a gramática masculinista universal com essa dissidência.

¹⁰ A cisnorma consiste na manutenção de privilégios dirigidos a pessoas supostamente consideradas coerentes ao sistema corpo-gênero (anátomo-gendradas). Essa posição privilegiada teria como efeito regulatório e hierarquizador a interpelação abjeta e patologização da transexualidade - e mais amplamente da trangeneridade. Como afirma Viviane Vergueiro apud Leila Dumaresq (2014) a cisgeneridade pode ser entendida “(...) como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, ciscôneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear ciscôneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc” (s/p). De outra parte, e em consonância às proposições supracitadas, recorro à ideia de hetero/homocisnormatividade como forma de evidenciar os efeitos desses ideais regulatórios de gênero, que estariam associados à suposta naturalidade do corpo (através da linha de inteligibilidade corpo->gênero->sexualidade – uma matriz fundacional) e sua articulação com os privilégios daí decorrentes. Note-se com isso que a cisnormatividade também marcaria posições privilegiadas para aquelas pessoas que de alguma forma também poderiam ser consideradas desviantes (agora apenas do ponto de vista da sexualidade – ou “orientação sexual”). Isto é, a cisnormatividade compreende as posições gay e lésbica, igualmente. E no caso de uma performance normativa, seu correspondente seria a homocisnormatividade ou mesmo uma /gcisnormatividade – para ampliar o jogo de significantes.

O termo oposto a *aquendar*, *desaquendar* – uma sorte de essa curiosidade -, por outro lado, carrega uma interessante positividade: a ideia de abandonar algo, mas também fazer desaparecer, esconder, desfazer-se, desapegar-se, soltar, pode significar ainda escapar, fugir, fazer fugir, desfazer. É nesses termos que uma pesquisa com ares de *(des)aquendação* pode se tornar um ato dissidente, uma perturbação nos traçados epistemológicos mais desejosos de norma e verdade, aqueles lances de conhecimento mais apaixonados e flertantes com o poder-saber e com as moralidades acadêmicas.

Por isso, minha proposta nesse artigo, e em consonância com as perspectivas *queer* interseccionais, é aquela de *(des)aquendar* com epistemologias que aceitam ser lambidas por muitas forças de significação. Isto é, trata-se de acompanhar, perceber, flertar, pegar e logo desapegar, escapar dos seus “encantos”. Evoco assim uma tradução ligeira e precária para o que poderia ser uma pesquisa afetada pelo *queer* – campo/ política que permite-nos pensar nos termos de insurgências linguísticas, outras semióticas do desejo e do prazer, outros modos de pensar, como forma de abraçar essa polissemia sobre as formas de pesquisar.

Gosto da ideia de uma pesquisa da/na bagaça. Aquela pesquisa suja, encharcada de mundo - mundana, imunda - como plano de conhecer ao mesmo tempo em que se abandona logo ali a sua suposta inteligibilidade do modo como se produziu esse mesmo conhecimento - *(des)aquendar*. *Aquendar* para logo *desaquendar*. Afinal, é preciso *desaquendar*, uma vez que também quem estaria em uma posição de crítica estaria suscetível não somente às interpelações advindas das aduanas científicas, mas aquelas passíveis de suas próprias paixões pelo poder-saber ou por alguma vontade em moldar a intenção política d_s outr_s.

Sabemos bem desde os estudos de Foucault que não vivemos fora dessas relações de saber-poder-prazer e que elas se instauram logo onde achamos que sabemos o que estamos fazendo de nós e que sabemos como algo forjou a produção de outrem ou de uma data condição de possibilidade para que algo entre em determinado jogo de verdade. Ou seja, logo ali onde emerge um pequenino desejo de inteligibilidade, prontamente podemos flertar com a vontade de estabelecermos algum tipo de latifúndio acadêmico-epistemológico – paixão pelo poder-saber.

A pesquisa nas dissidências parece ser nesses termos e antes de tudo dissidência em processo (de desfazimento) – em devir – eterno retorno de diferença. Seu des(a)tino é produzir movimentos de fazer-fugir, talvez não

para ter um rosto, não para que permaneçamos _s mesm_s. De modo que, o rastro dessas ideias, fala-se em pesquisar-combater-resistir-desterritorializar agenciando uma profusão de estranhamentos sobre as formas de conhecer e, ainda, daquilo que é possível que se possa conhecer – ou o que passou pela aduana das políticas e polícias científicas e foi autorizado a dar a conhecer. Mas também movimento de desfazimento das certezas, inclusive suspeitando daquelas que exigem que elaboremos um caminho inteligível (aqui, muito mais no sentido de apaziguado, pavimentado) na pesquisa – o que denominamos método.

Algumas práticas dissidentes têm operado com princípios de método que levam em conta os movimentos de dobra sobre si mesm_s, bem como uma disposição assumidamente suspeitosa dos bons costumes acadêmicos ou do pragmatismo epistêmico. A “libertinagem” das pesquisas da bagaça anuncia não apenas que elas teriam a intenção de sacudir e dissuadir os instituídos em torno das formas canônicas de conhecimento, mas indicam seu desejo de abrir os códigos (quase sempre binários) de mundo a outros sentidos e outras subjetividades – trata-se de uma disputa nos termos de processos e práticas de subjetivação.

Outras dentre essas formas de pesquisar-praticar-conhecimentos operam no sentido de não abrir mão da ruidosa argumentação da crítica discursivo-desconstrucionista, o que eu ousaria denominar de genealogias *queer*. Há aquelas ainda que engendram modos/formas/ferramentas/disposições de perceber o mundo em termos de fluxos de desejo e prazer, como aquelas que passam pelo encontro entre corpos e prazeres envolvendo em muito as subjetividades de quem se lança à posição de pesquisar. E a essas eu chamaria provisoriamente de cartografias social do(s) prazer(es).

Não creio que estas pesquisas buscam a polêmica ou o escândalo como princípio moral (bem que este sempre parece ter um efeito cínico e divertido, muito próximo da paródia como injunção linguística que deforma as noções de sagrado, natural ou estável). Todavia, insurgem em feições (no sentido de uma performance de lacração¹¹, mas também de abertura a outros planos de sentido e efeitos de poder) ético-estético-políticas – ética no sentido de ampliar as margens de liberdade diante dos códigos morais que cercam as experiências

¹¹ Comumente se acompanha em muitos arranjos linguísticos a ideia de lacração como algo que corresponderia (sem esgotar o termo) uma celebração política ou prazerosa sobre algo. O corolário de um ato, gesto, postura que contentaria algumas expectativas de positividade sobre algo.

dos sujeitos – as formas como os sujeitos conduziram a si mesmos/as; estética relacionada na profusão de formas inusitadas que os sujeitos possam oferecer em termos de contornos existenciais às suas experiências, como uma estilização dos sentidos; e política carregaria os termos em que jamais estaremos livres do desejo de poder, do desejo de norma, sendo passível de contestação, resistência, reinvenção de outros modos de vida e novas disputas e que seria nesse plano – a política – onde se ensejariam essas forma de luta e enfrentamento, uma agonística social.

Entendo que as micropolíticas (as epistemologias de mundo *queer*) ensejam operar em reafirmação de que olhar-sentir-fazer da pesquisa é desde sempre tecido em redes de saber-poder que, em primeira instância, não podem ser pensados sem considerar a própria experiência da pessoa-pesquisador/a como sujeito/a de uma produção discursiva que porta as marcas de certa inteligibilidade social-acadêmica, apoiadas em uma sustentação geopolítica – sem esquecer que toda epistemologia é desde sempre engendrada politicamente, que é política, que é uma ação sobre o mundo, sobre o fazer-mundo.

A postura que a pesquisa imunda (encharcada de mundos) arrisca é aquela de um sujeito engajado politicamente aos movimentos de crítica-análise sobre os processos de objetivação assentados em regimes de verdade que produzem epistemologias que mais facilmente flertariam com as Cisnormativas (hetero ou homoCisnormativas). Assim, essa outra postura, a crítica da dobra, a prática reflexiva da liberdade (nos termos foucaultianos) exige um trabalho de pesquisa no campo das relações de gênero e sexualidade que não poderia prontamente definir-se como um trabalho disciplinar ou mesmo interdisciplinar. Exige-se neste campo que deitemos (aquedemos) o pensamento em outros lençóis epistemológicos (ou que rasguemos os lençóis e experimentemos outras paragens para o corpo em prazer que não a tradicional cama). Como afirma Bourcier (2005, p.28-29):

(...) mais do que interdisciplinaridade, deveríamos falar em uma des-disciplinarização. Trata-se de parasitar as disciplinas existentes, de colocar em risco sua estabilidade e a concepção do sujeito humanista ou universalista que elas continuam a pressupor. Trata-se de recusar o poder da disciplina, fonte de apagamentos e de congelamentos.

Ao assumirmos essa via(da)gem epistemológica, considerando os termos próprios de uma posição pós-moderna e desde alguma aproximação com o campo dos estudos pós-estruturalistas, não há como separar o modo de

perguntar do modo de olhar – observar e participar do campo – e analisar, não fica difícil abusar de negociações conceituais e promover ousadias metodológicas. E isso significa resistência e produção de modos outros de vida-conhecimento, apoiados na ideia de experiência – em certo tipo de relação onde temos a sorte de sairmos transformados, diria Foucault (2006). A pesquisa pressupõe que saíamos dela transformados. No mais, estaríamos dormindo com a obediência (de uma moral civil acadêmica), formas de sujeição normopatas - efeitos de uma objetivação da experiência do conhecer.

Estou provisoriamente convencido de que os estudos *queer* vêm nos oferecendo a possibilidade de recusar teorizações e métodos canônicos, profanando teorias, do tipo: nenhum texto é sagrado. Talvez e por isso estudos_s *queer* radicalizam e fazem viralizar o sentido da pesquisa como (re)inventora dos problemas sobre nosso tempo, forçando a passagem de outras epistemologias de mundo (que não apenas as epistemologias científicas). E para isso agenciam um modo de pesquisar que tem mais a ver com um tipo de curiosidade ‘vadia’ em oposição àquelas formas de produção do conhecimento que buscariam “busca assimilar o que convém conhecer”. Operam ainda e decididamente em problematizações que nos permitem em alguma medida suspeitarmos ou abandonarmos as nossas certezas, especialmente aquelas que dizem respeito às noções que nos movimentam no sentido de que somos isso ou aquilo. Mais um efeito foucaultiano, seguramente: “ não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo (...)” (FOUCAULT, 2004, p. 20).

Compreendo que as fugas epistemológicas produzidas especialmente pelos estudos e ativismos e epistemologias (trans)feministas pós-modernas, pós-estruturais e *queer* – o que eu traduziria como a bagaça ou problematizações imundas - pouco a pouco vem modificando as paisagens ‘científicas’. Entendo ainda que isso permite que nos movimentemos em outras suavidades e intensidades. E, desde esse ‘entrevero’ político da pós-modernidade, onde novos modos de viver a pesquisa acadêmica vão se ‘firmando’, outras noções de ética e implicações na pesquisa passam a ser o fundamento do fazer acadêmico, compreendidas para além dos procedimentos protocolares e assépticos ou da pesquisa supostamente “útil” (isto é, cabe perguntar quem define o que se constitui como útil e possível na pesquisa, quem estaria autorizado a definir os termos do que podemos ou pesquisar? Os fundamentalismos científicos estariam sendo desafiados assim, em disputas que levam a termo as noções de raça, gênero e sexualidade.

Roland Barthes faz uma produtiva provocação, diante dos termos que definiriam a produção do conhecimento: “nós seríamos científicos por falta de sutileza” (2006, p.71). Isto é, esse jogo da “falta de sutileza” seria aquele em que alianças epistêmicas naturalmente chancelariam as hierarquias fundamentadas no racismo e na heteroCisnormatividade, ocupando espaço e legitimidade. Assim, os esforços pelo estabelecimento de fronteiras de conhecimento, sobretudo a partir de uma geopolítica disciplinar “neutra” ou “isenta”, exibiriam justamente os termos que desejam negar: “as disciplinas repousam na maior parte do tempo sobre concepções ontológicas de homem e de mulher e elas se articulam sobre a diferença sexual e são o produto de um regime epistêmico heterossexual” (BOURCIER, 2005, p. 29).

Passamos assim a nos aproximar da ideia de uma disposição ética, especialmente nos termos apontados por Foucault, como um analisador importante dessa disputa sobre o conhecimento. Paul Rabinow (1999, p.100) expressou de forma contundente essa ideia foucaultiana da ética reflexiva da liberdade através de sua aposta em uma posição que denomina “cosmopolitismo crítico”:

O princípio condutor é ético. Esta é uma posição oposicionista, desconfiada de poderes soberanos, verdades universais, precisão relativizada em demasia, autenticidade local, moralismo de cima e de baixo. Entendimento é o seu outro valor, mas um entendimento desconfiado de suas tendências imperialistas. Esta posição presta atenção às – e respeita – diferenças, mas também está alerta à tendência de essencializá-las.

É assim que alguns estudos de/ em dissidência têm levado adiante a ideia de campo de pesquisa como território de experimentação, espaço-tempo onde se produzem práticas de subjetivação, reunindo as contradições, contestações, as continuidades e as descontinuidades que incidem sobre a produção do racismo, a tutela epistêmica do corpo, a performatividade de gênero e do exercício da sexualidade. Isto é, epistemologias feministas interseccionais¹², pós-coloniais e *queers* partem do ponto de que o olhar/fazer da pesquisa é

¹² A interseccionalidade é um conceito-prática feminista que articula distintas formas de dominação e posições de desigualdade, produzidas pelos discursos de gênero, raça, idade, localidade e sexualidade. É através dessa forma de articular distintos marcadores sociais de identidade e diferença que encontramos uma possibilidade na problematização dos processos de subjetivação na contemporaneidade. Segundo Bilge (2009), a ideia de interseccionalidade vai além de um simples reconhecimento da multiplicidade de sistemas de opressão, ela opera por consubstancialidade desses marcadores.

sempre engendrado na própria experiência da figura/subjetividade da pessoa que produz uma certa forma de pesquisar, como sujeito de uma produção discursiva que porta as marcas de certa inteligibilidade, como já afirmei. Por esse motivo, em muitos estudos e práticas desse tipo é condição de seguir em pesquisa a coragem para enfrentar uma análise sobre os processos de subjetivação que considerem os riscos de sua própria presença e interesse. Isto é, uma análise de implicação sobre a experiência de pesquisar levando-se em conta que estamos constantemente sendo interpelad_s nos jogos de assujeitamento aos regimes de verdade e que fazemos parte destas disputas.

Essa coragem permitira recusar mais prontamente o olhar excitado e objetificante que muitas vezes é encontrado em pesquisas sobre as ditas práticas e vidas ‘abjetas’. A constituição de si desde o lugar do “impensável”, marca a possibilidade do que Foucault (1988) denomina como resistência: algo intrínseco a qualquer jogo de poder-saber. E por isto mesmo, presente em uma multiplicidade de pontos de resistência, disseminados com maior ou menor densidade no tempo e no espaço. É neste sentido que, apoiado em Judith Butler, podemos pensar na interpelação abjeta – que define também os termos do sujeito que produz pesquisa – como uma zona de inabitabilidade que :

(...) o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativo ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. (BUTLER, 2000, p.155-156)

Muito particularmente na pesquisa empírica, quando ela recorre ao plano de interlocuções, estudios_s *queer* reconhecem o movimento necessário em demover os modos habituais de colocar _s interlocutor_s em uma zona de inabitabilidade – aquela da produção do conhecimento, nesse caso. Isso fica evidente no formalismo ou nas normas do texto acadêmico, ao posicionar _s interlocutor_s sempre em espaço recuado no texto, como sujeito passível de uma interpretação – que em muitas situações pode se constituir em um ato de poder arbitrário e violento. Ao suspenderem de certa forma as aspas, evocando vozes subalternizadas, por outra parte estar-se-ia entrando em um dos exercícios mais difíceis no plano da produção acadêmica: a revisão das formas de autoria, como polifonia epistemológica e como plano de liberdade política. Já não bastaria, portanto, dizer que não se estaria pesquisando sobre alguém ou

mesmo que se está pesquisando com alguém, pois isso parece já ser senso comum. O que se coloca como desafio é colocarmo-nos em uma posição de interlocução problematizadora com as pessoas que seriam convidadas por nós (o que já implica uma agência a ser problematizada) para compor esses estudos, com a preocupação de evitar o risco de chaparmos esses sujeitos com as grades de interpretação ou grilhões conceituais.

De certa forma, essa operação de reversibilidade das formas de dominação e colonialidade acadêmica estariam sendo desafiadas sobretudo pelos estudos *queer*, (trans)feministas e estudos pós-coloniais. Guacira Louro (2004) nos alerta de que:

Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* vêm promovendo uma nova articulação entre sujeitos e objetos do conhecimento. Não são apenas novos temas ou novas questões que têm sido levantadas. É muito mais do que isso. Há algumas décadas os movimentos e grupos ligados a esses campos vêm provocando importantes transformações que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento. Desafiando o monopólio masculino, heterossexual e branco da Ciência, das Artes, ou da Lei, as chamadas minorias se afirmam e se autorizam a falar sobre sexualidade, gênero, cultura. Novas questões são colocadas a partir de suas experiências e de suas histórias; noções consagradas de ética e estética são perturbadas. (p.24)

Nesse plano de contestação epistemológica a única saída seria então uma operação radicalmente ética, estética e política. E creio que ela se potencializa um tanto mais quando em algumas condutas e práticas deixando-nos tocar e levar por mãos anônimas, desejosas, refratárias ou simplesmente curiosas, que portam também suas formas de conhecer e de produzir saberes sobre o mundo, sobre a vida e que nos interpelariam sobre as nossas formas de produção de conhecimento. E aqui não haveria nenhum espaço privilegiado para esse desafio, podendo ele acontecer em um quarto escuro ou em uma escola, numa unidade básica de saúde ou em um clube BDSM, na rua, na zona de prostituição, em coletivos e grupos, em instituições totais ou em um bar ou ao entorno de um izoporzinho das sapatão, em um canto qualquer no jardim das delícias ou nos territórios de guerra e conflito social. Nesses territórios de produção e tráfico de subjetividades, pesquisador_s *queer* teriam a oportunidade de viver a experiência de seus corpos-problematizadores em recusa às grades disciplinares ou marcos de análise metateóricos, bem como revisitando seus possíveis privilégios diante de outras posições de sujeito.

Particularmente acredito nisso e creio que ainda que sejam muitos os impasses e as aduanas científicas, esse tipo de pesquisa estaria fazendo algo que nos permite a ampliação das margens de liberdade, entendendo a pesquisa também como prática de subjetivação e como espaço-tempo de produção de outros modos para pensar o que estamos fazendo de nós mesmos/as e o que estamos tentando fazer dos outros/das outras. Nesse momento se apresenta a ardida dimensão da ética como uma prática, reitero. Isto é, a maneira como cada um deve (talvez nosso único dever) refletir sobre a forma como se constitui a si mesmo como sujeito moral inserido em um determinado código (FOUCAULT, 2001). Judith Butler explicita essa dimensão:

O sujeito não é necessariamente produzido pela da norma que inaugura sua reflexividade; nós nos confrontamos invariavelmente com as condições da própria vida que não fomos capazes de escolher. Se existir uma operação da capacidade de agir, isto é, da liberdade – esta luta – ela não tem lugar senão dentro de um campo de tensões o permitindo isto e coagindo. Esta capacidade de agir ética não é nunca totalmente determinada nem radicalmente livre, mas a sua luta ou seu dilema primeiro é de ser produzida por um mundo no mesmo instante em que cada um/a deve construir a si mesmo de certa maneira. Esta luta contra as condições impostas à vida de cada um/a – uma capacidade de agir é igualmente tomada possível paradoxalmente pela persistência desta condição originária de não-liberdade. (2005b, p.19)

Portanto, se os desafios éticos, estéticos e políticos destas perspectivas de pesquisa não são poucos, eles não seriam mais difíceis do que qualquer outro estudo que se sustenta no compromisso radical com as discussões sobre as moralidades e normalidades ou aqueles estudos críticos dos processos de autoridade que “a Teoria” conferiria. O que os estudos dissidentes e subalternos nos alertam é que _s interlocutor_s no campo são partícipes fundamentais do processo de produção do conhecimento, são fundamentalmente praticantes de conhecimento – é com eles/elas que produzimos/fazemos os problemas de nosso tempo, não são el_s que portam problemas. Com isso, alertam-nos pesquisador_s em/ nas dissidências, é preciso diminuir essa distância ou essa fronteira nós-el_s de alguma forma, e certamente a pesquisa (trans)feminista interseccional e os estudos de dissidência sexual e de gênero teriam alguma chance de fazer isso, tanto quanto outros modos de pesquisar na diferença. Porém essa é sua condição de possibilidade última.

A destreza, a delicadeza e o cuidado aparecem como preocupações constantes no percurso desse tipo de trabalho, tanto no sentido de uma dimensão ética quanto estética, oferecendo o contorno político de uma forma de produção de conhecimento. Neste árduo terreno do prazer, mas também das formas duras de captura e hierarquia, o contexto e as suas possíveis contestações do campo oferecem-se como pontos de análise na perspectiva de pensar quais seriam/foram as condições de possibilidade nestes espaços-tempos e que tipo de perguntas puderam ser feitas desde os encontros que pudemos estabelecer juntos e no entre, todos nos marcados pela aproximação e vivência de abjeção. O que é possível ser problematizado (e perguntado) e em que medida se dá esta autorização dizem em muito sobre o lugar que ocupamos nestas cenas? Sou partidário da ideia de que é necessário que pesquisemos com “simpatia”, com o sentimento de ter estado lá como experiência do entre-lugar e de ter escrito em companhia das vozes polifônicas, como nos indica Janice Caiafa:

(...) o afeto que nos permite entrar em ligação com os heterogêneos que nos cercam, agir com eles, escrever com eles. O co-funcionamento ou simpatia difere tanto da identificação quanto da distância, que Deleuze (1977:67) menciona como ‘duas armadilhas’. Porque a distância nos indica ‘o olhar do entendimento’, ‘um olhar científico asseptizado’, enquanto a identificação nos leva ao contágio, à confusão com o outro. Nos dois casos perdemos a força da alteridade, a oportunidade de entrar em composição com os heterogêneo. Perdemos o que a simpatia nos proporciona: esse ‘corpo-a-corpo’. Deleuze observa que não há nenhum julgamento na simpatia. Aqui não é questão de distanciar-se para compreender o outro, nem tampouco de tomar-se por esse outro, mas de ter algo a ver com ele, ‘alguma coisa a agenciar com ele’. (2007, p. 152-153)

Minha provocação final é de pesquisas e estudos que se deitaram com as ideias perturbadas do *queer* (e que se articulam aos estudos (trans)feministas e descoloniais) operam em uma forma de aquecimento-desaquecimento - o exercício de desterritorializar, reterritorializar, desterritorializar. Esse modo (auto-)problematização teria a potência e a disposição de escarnificar os regimes discursivos que se organizam através da gestão da vida, controle, deciframento, incitação do corpo dócil e útil, da ordem e organização espacial e institucional das subjetividades, para além das categorias analíticas de raça, gênero e sexualidade. Mas certamente, considerando que raça e etnia, gênero e sexualidade se articulam aqui como dispositivos nos jogos de prescrição e de controle evidenciando pedagogias para ‘ser/parecer humano’, mas também levando em consideração que é desde essas marcas e interpelações por onde

teríamos a chance de sairmos transformad_s, traficando os significados ou a função do dispositivo. *Aquendendo e desaquendendo* as/nas brechas e com o que e quem escapa, a pesquisa na/ da bagaça nos convoca a ousarmos pensar outramente, perturbando e colocando os termos da produção do conhecimento fora do lugar central de hierarquia epistemológica, deciframento, tutela ou normopatia acadêmica.

Seguindo as provocações de Teresa de Lauretis (2007) em relação aos arranjos teóricos *queer*, perguntam-nos as dissidências: por que não ousar na construção de “outro horizonte discursivo”, acompanhando movimentos que nos permitem viver/pensar a sexualidade e o gênero do ponto de vista de uma erótica, não de uma ‘ciência sexual’, provocando a indução política diante de efeitos de verdades – onde se fabrica qualquer coisa que ainda não existe, como diria Foucault: “(...) ‘ficciona(r)mos’ uma política que ainda não existe a partir de uma verdade histórica” (p.236). Isso exigiria de nós – acadêmic_s, realizar criações culturais enquanto movimentos ético, estéticos e políticos enquanto possibilidade de usar o corpo como uma força possível para *multitudes* de prazeres e de sentidos.

Exercício de recusa à pesquisa como corporificação-superfície dissecada por disciplinas e moralidades desgostosas da/de vida ou sedentas de poder, adormecidas ainda pelo jogo das vaidades acadêmicas, uma coalisão é necessária na dissidência: que tod_s nós (interpelad_s em posições abjetas) engendremos uma micropolíticas de desconstrução pelo viés da amizade como prática de produção de conhecimento. O que as via(da)gens *queer* nos apontam é que há mais perigo nos caminhos pavimentados, sobretudo quando se trata de pesquisar na diferença (também a diferença em nós). Talvez precisemos conceber outras práticas de conhecer, como práticas sensíveis aos territórios livres à experimentação e à produção de novos modos de vida, outros modos de entendimento e simpatia pelo mundo. *Desaquendo* por aqui, flertando como meu desaparecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BILGE, S. Théorisations féministes de l’intersectionnalité. *Diogène*. Janvier/mars 2009. N° 225.

BOURCIER, Marie-Hélène. Sexopolitiques. *Queer Zones 2*. Paris: La Fabrique éditions, 2005.

- BUTLER, Judith. *Le récit de soi*. Paris: Editions PUF, 2005.
- _____. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org). *O Corpo Educado*. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades. Ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2007.
- COHEN, Jeffrey. *A cultura dos monstros: sete teses*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Pedagogia dos monstros*. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DUMARESQ, Leila. *O cisgênero existe*. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/> Acessado em 20 de junho de 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Le corps utopique. Les hétérotopies*. Paris: Nouvelles éditions lignes, 2009.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *Le souci de la vérité*. [1984]. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.
- _____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-149, 1995.
- _____. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, 12ª ed.
- _____. *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 13ª ed.
- HILST, Hilda. *Alcoólicas*. São Paulo: Maison de vins, 1990.
- LAURETIS, Teresa De. *Théorie queer et cultures populaires: de Foucault à Cronenberg*. Paris: La Dispute, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Pornotopía. Arquitectura y sexualidade en "Playboy" durante la guerra fría*. Barcelona: Anagrama, 2009.

RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

Recebido em 07/07/2016
Aprovado em 12/09/2016